

Notas e Informações

País onde tudo cabe

A inflação teve o dom de mudar usos e costumes relacionados com o calendário. Antes de saber-se que ela superara os 900%, em 1988, tudo girava em torno das festas de fim de ano, que os mais tradicionais estendiam, e com razão, até o dia de Reis, 6 de janeiro. Fixamo-nos no 6 de janeiro conscientemente, recusando-nos a aceitar a tese marota daqueles que sempre dizem que no Brasil nada funciona antes do Carnaval, e daqueles, mais peraltas ainda, que esperam a Semana Santa para começar a trabalhar. O 6 de janeiro é — ou melhor, era — o limite máximo a que se permitiam os empresários. Para eles, o ano de trabalho começa no dia 1º de janeiro, e o de trabalho efetivo no dia 2. Por tradição e obediência aos preceitos da Santa Madre Igreja, consentiam no dia 6.

Com a inflação, mudou tudo. Até o próximo dia 11 de janeiro, ninguém faz negócios a sério no Brasil. É que no próximo dia 11 o governo deve dar uma resposta à Comissão do Pacto Social, apresentando-lhe o conjunto de medidas que adotará para enfrentar o dragão que tira nosso sono, mas não perturba o repouso em Curupu. Portanto, antes de 11 de janeiro será inútil adotar qualquer providência econômica, pois depois dessa data fatal o que tiver sido decidido antes poderá levar empresas à falência, ou salvá-las da concordata. O risco é de 50% — muito alto num jogo desse tipo. Para não correr risco, todos pararam, exceto os computadores. Nas empresas bem organizadas, essas máquinas muito sofisticadas devem estar trabalhando com programas que estabelecem cenários alternativos de felicidade e desgraça. Enquanto as máquinas cuidam, zelosamente, de dar resposta às questões que os programadores lhes fize-

ram, os executivos ficam rezando para que não aconteça a suas empresas o que dizem ter acontecido com McNamara, quando secretário da Defesa — tendo perguntado ao computador do Pentágono quando os Estados Unidos ganhariam a guerra do Vietnã, ouviu a resposta surpreendente: ganharam há dois anos!

No próximo dia 11, porém, não terminarão as agruras dos empresários de todos os setores. É que se anunciou, embora não se confirmasse, que as medidas entrarão em vigor no dia 15, ou no dia 16. Com o que os membros da Comissão do Pacto Social e aqueles com acesso às informações não privilegiadas que lhes forem transmitidas terão mais quatro dias para especular sobre o que os aguarda — e sobre qual será o futuro do Brasil.

Depois do dia 15, se o Congresso for convocado em sessão extraordinária para apreciar as medidas provisórias de que o Executivo lançará mão para administrar a inflação, os empresários esperarão mais cinco dias. As medidas provisórias serão aprovadas ou não? Terão os lobbies, que ajudaram a fazer a Constituição, influência suficiente para derrotar esta medida e fazer aprovar aquela, ou estão desativados? Existe a possibilidade de o Congresso não ser convocado — e então os empresários viverão um drama digno do teatro grego, o da tragédia, pois enquanto não se decide no Congresso o que fazer com as medidas provisórias, elas produzem efeitos e todos pagam, na esperança de que venham a ser declaradas não vigentes pelo Poder Legislativo, que cuidará então de devolver os empregos que foram tirados e ordenar o pagamento dos cruzados que engordaram o Tesouro Nacional.

Este é o clima em que se vive hoje no Brasil, país em que a moeda de curso forçado, a oficial, é o cruzado, mas em que todos os negócios se fazem ou em OTN ou em OTN fiscal, quando não, ilegalmente, em moeda estrangeira. Este é o país em que, apesar de o cruzado ser a moeda oficial, as empresas fazem orçamentos em outra moeda (às vezes até em três) para ter alguma possibilidade de controlar mais ou menos racionalmente seus negócios. Este é o Brasil, país em que um prefeito assume o governo da segunda cidade do Estado de São Paulo, reconhece que a situação é difícil, e apesar de seu partido haver prometido estatizar os bancos, celebra empréstimo de cinco bilhões de cruzados com o sistema financeiro para, entre outras coisas, pagar o funcionalismo...

Por que nos espantarmos se o país vai parar até o dia 11, com certeza — possivelmente até o Carnaval ou a Semana Santa? É um país tão surrealista, este, que não só tem moedas alternativas, como cada qual pode escolher a música que quer para tomar posse em repartições públicas. Uns pedem para tocar o Hino Nacional — cuja letra talvez não salbam; outros, como aconteceu numa repartição municipal em Porto Alegre, presente o prefeito petista, pedem para pôr na vitrola a "Internacional". E noticiou-se que o prefeito se perfilara e levara a mão esquerda fechada ao peito enquanto se cantava "De pé, oh vítimas da fome...".

O Brasil da inflação é um país em que tudo cabe. Até o amargo registro de que os empresários estarão parados até o dia 11, apesar de o PIB de 1988 ter sido praticamente zero...